



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 02/2014

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2014
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	07
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	13
- ENCERRAMENTO.....	14

ACTA N.º 02/ 2014

ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e catorze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;

2.2 - Conta de Gerência de 2013 da Câmara Municipal;

2.3 - Contas consolidadas de 2013 do Município;

2.4 - Relatório sobre o Estado do Ambiente Acústico Municipal – biénio 2012/2013;

2.5 - Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias:
Covilhã e Canhoso; Teixoso e Sarzedo; Vale Formoso e Aldeia do Souto; Barco e Coutada; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Casegas e Ourondo; Peso e Vales do Rio; Aldeia de S. Francisco de Assis; Cortes do Meio; São Jorge da Beira; Sobral de São Miguel; Tortosendo e Unhais da Serra.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Victor Manuel Garcia Rebordão, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dr. João Pedro Santos Ramos (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor João Francisco Bernardo Simão (Boidobra), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENÇAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício n.º 1047 do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a informar sobre reformas legislativas e regulatórias no sector dos resíduos sólidos urbanos;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter as perguntas que formulou ao Governo sobre as Escolas intervencionadas pela Parque Escolar EPE e as que serão intervencionadas para remoção do amianto no ano lectivo 2013/2014;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos, ao Governo, sobre a "Taxa de Gestão de Resíduos - Incumprimento do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto-Lei, que apresentou ao Governo, sobre o horário de trabalho e intervenções dos Senhores Deputados Francisco Lopes, João Oliveira e Jorge Machado;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a Apreciação Parlamentar, que requereu, sobre o Decreto-Lei n.º 45/2014;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção "No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos";
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes a acusar a recepção da Moção "No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a informar que apresentou requerimento de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 49/2014 de 27 de Março;
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção da Moção No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos";

- Ofício n.º 1398 do Gabinete do Primeiro Ministro a informar que remeteu para o Gabinete do Ministro da Saúde a Moção "No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos";
- Ofício n.º 71 da Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira a enviar o Plano de Acção da Rede Social da Covilhã para 2014;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter propostas de eliminação, de alteração e de aditamento à Proposta de Lei n.º 183/XII/3 que apresentou na Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento Territorial e Poder Local;
- Ofício n.º SAO 1382 da Câmara Municipal da Covilhã a remeter o Voto de Louvor e de Reconhecimento Público dos Colaboradores do Centro Hospitalar Cova da Beira;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o requerimento que apresentou à Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a cobrança indevida e ilegal da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a Intervenção da Senhora Deputada Paula Santos no Debate sobre as Assembleias Distritais;
- Ofício n.º 107 da Comissão de Saúde - Assembleia da República a acusar a recepção da Moção "No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos";
- E-mail da Presidência da República a acusar a recepção da Moção "No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a enviar o requerimento que apresentou na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local para realização de audição pública sobre a privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A;
- Ofício s/n.º da Associação de Estudos de Direito Regional e Local a informar que é uma associação privada sem fins lucrativos e que tem como missão o estudo e divulgação das Autarquias Locais através da realização de seminários e da edição de publicações. Propõe a assinatura da Revista "Questões Atuais de Direito Local" e solicita divulgação pelos Membros da Assembleia;
- Ofício s/n.º dos Subscritores de "Em defesa da Escola Pública" a remeter o "Apelo em defesa da Escola Pública" para apreciação e aprovação.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à apreciação a votação do "Apelo em defesa da Escola Pública", proposto pelos Subscritores de "Em defesa da Escola Pública". Tendo todos, os Senhores Deputados Municipais, concordado. -----

--- Colocado à votação o "Apelo em defesa da Escola Pública" foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Pina Simão apresentou um Voto de Protesto ao Governo pelas medidas anunciadas que referem o encerramento de serviços (**doc.01**). -----

--- Colocado o **Voto de Protesto** à votação foi o mesmo **aprovado por maioria, com 37 votos a favor (PS, Acreditar e CDU), 3 votos contra (PSD) e 1 abstenção (Acreditar)**.

Foram feitas Declarações de Voto:

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Nós votámos favoravelmente, porque concordamos com o teor e com o protesto que nos foi apresentado e a proposta de protesto a enviar ao Governo.

Não podemos é branquear, neste processo, todas as responsabilidades do Partido Socialista (que agora apresenta este protesto) que enquanto Governo continuou e acentuou o movimento de agregação e de centralização dos serviços.

Não nos vamos esquecer (que o PSD e o CDS agravaram-no) que o PS assinou o Memorando de entendimento onde a redução de unidade de gestão está presente. Portanto não podemos, de facto, não pode ficar em branco e em claro que o PS e o PSD e o CDS são os grandes responsáveis pelo encerramento dos serviços da nossa Região”.

- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Eu queria servir-me desta declaração de voto para tornar muito clara uma questão: O Partido Socialista, obviamente, não pode continuar a encarar este conjunto de agressões, que se faz ao Interior, de forma ligeira nem de forma atenuada. E penso que não quer tornar isto uma simples arma de arremesso de campanha eleitoral, nem sequer quer fazer disto um processo de... nem de branqueamento, nem de perseguição por eventuais processos de culpa. Nós precisamos, sobretudo, de unir o Interior. Nós precisamos, sobretudo, de unir as pessoas. Nós precisamos, sobretudo, de defender e de unir as pessoas todas. Se todas as pessoas estiverem de acordo com os pressupostos que aqui apresentamos em defesa destas conquistas que são nossas e das quais não podemos abdicar.

Há momentos em que há intervenções que são ditadas pela racionalidade económica. Há outros momentos, também, do Partido Socialista (que eu próprio pessoalmente não tenho qualquer pejo em admitir) que foram além daquela que seria a minha apreciação política favorável. No entanto, neste momento, a razão porque nós votamos, a razão porque nós apresentamos e votamos esta proposta é no sentido de conseguir a maior unidade possível em torno de objectivos que, pensava eu, deveriam ser comungados por qualquer Covilhanense empenhado na defesa da dignidade deste Concelho”. -----

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “O PSD manifestou o voto contra relativamente, sobretudo, à questão do IC6.

O nosso voto contra teve, fundamentalmente, a ver com o seguinte: Como todos percebemos Portugal não é, nem nunca foi, a árvore das patacas.

Há prioridades, num País que ainda tem a intervenção da Troika, e na definição dessas prioridades eu pergunto, nesta Assembleia (porque muitas vezes falamos sobre questões

que começam a ser mitos) se todos queremos mesmo esse dito IC6?

Porque, num futuro que se está a desenhar, no âmbito do horizonte 2020, com a redefinição das estruturas como são as CIM'S (onde vai haver poderes de decisão, que, como sabem, não estão em Coimbra) temos, hoje, que fazer um debate alargado sobre a questão do IC6.

Quero que percebam que não estou aqui a defender a não construção do IC6.

Agora, é preciso priorizar.

E, nessa medida eu devo dizer que julgava que o Senhor Deputado viesse aqui falar sobre as infra-estruturas que o nosso Concelho ainda carece, como é uma ligação Minas da Panasqueira – Ourondo. Esse sim um verdadeiro IC6, no Concelho, que temos que ter o mais rapidamente possível”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma Declaração Política referindo a necessidade de uma política que implemente os valores de Abril (**doc.02**). -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais apresentou um Requerimento à Câmara Municipal a solicitar a prestação de informações (**doc.03**). -----

--- O Senhor José Branco (São Jorge da Beira) referiu-se ao Cantoneiro Municipal destacado em Aldeia de São Francisco de Assis (**doc.04**). -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco referiu-se à Portaria n.º 82/2014 que classifica o Centro Hospitalar da Cova da Beira no Grupo I (**doc.05**). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra fez uma Declaração Política referindo que, de acordo com declarações prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, a rede de maternidades não será alterada (**doc.06**). -----

--- A Senhora Eng.ª Catarina Mendes apresentou um **Voto de Louvor pela recuperação de um edifício emblemático da Serra da Estrela**, o Sanatório nas Penhas da Saúde (**doc.07**). -----

--- Colocado o Voto de Louvor à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira perguntou, na sequência de intervenção do Senhor Deputado João Nuno Serra, qual a posição do Senhor Presidente sobre o IC6 e a Portaria n.º 82/2014. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse valorizar o contrato de cooperação a celebrar com a Universidade da Beira Interior, nomeadamente no âmbito da habitação social.
Colocou questões quanto ao pagamento da indemnização à CONSTROPE;
Perguntou se a Câmara Municipal vai assumir as suas responsabilidades, no âmbito da Acção Social Escolar, para com as Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
Se o Senhor Presidente vai cumprir a promessa de reduzir a factura da água;
Quais as medidas tomadas quanto aos edifícios públicos com amianto, nomeadamente estabelecimentos de ensino;
Colocou questões sobre a informação financeira, nomeadamente a dívida à EDP.
(doc.08) -----

--- A Senhora Dra. Carla Marisa perguntou o que é que está a ser feito para a resolver o impasse em que está a Junta de Freguesia da Boidobra. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo perguntou se o apoio ao PARKURBIS permite à Câmara Municipal cumprir as obrigações legais em matéria de sustentabilidade e da continuidade no que diz respeito à PARKURBIS e às Empresas Municipais, nomeadamente no cumprimento do artigo 62.º, da lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão colocou as seguintes questões: O IC6 é ou não uma prioridade para a Covilhã? “A malfadada” Portaria n.º 82/2014 é uma boa notícia para a Covilhã? A quantos requerimentos, a anterior Câmara, deu resposta? -----

--- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares colocou questões quanto ao Espaço das Idades; recuperação do Teatro Municipal; redução da factura da água; Empresa Mineira e Estrada 512 **(doc.09)** -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia sobre o Teatro disse: “Eu gostava que confirmasse se de facto nos encontramos perante uma situação de tão grave má gestão, de tão grave abandono do edifício como efectivamente se tem vindo a perspectivar frequentemente”

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões:
- O Teatro Municipal vai a ser alvo de intervenções pontuais, sendo uma prioridade a cobertura para evitar as infiltrações;
- Minas da Panasqueira - A Estrada 512, brevemente, vai ser alvo de obras de requalificação com a colaboração da Sojitz Beralt;
- Reuniu com o Conselho de Administração e o Sindicato dos Mineiros (estiveram presentes os Senhores Presidentes das Juntas de Aldeia de S. Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S. Jorge da Beira e Casegas e Ourondo), onde propôs que haja cedências de parte a parte para que possam cessar os conflitos existentes;
- Quanto à factura da água vai ser feito um acerto para que onere menos as famílias e as empresas;

- Espaço das Idades – as obras começam na próxima semana e a duração previsível da intervenção será de sessenta dias;

- IC6 – é lamentável que a ligação a Coimbra não esteja feita. Esta via é fundamental para o nosso desenvolvimento;

- Portaria n.º 82/2014 - Vamos reagir energicamente, porque é intolerável que um Centro Hospitalar como o nosso, com a importância que ele tem, que já é Hospital Universitário, esvaziá-lo.

Eu pergunto se não vamos ter Maternidade na Covilhã, não temos em Castelo Branco, não temos na Guarda, o que é que este Governo quer para o Interior, em termos de Saúde?

Estas reformas não podem ser feitas a régua e esquadro, não podem nem devem ser feitas de ânimo leve, nem por tentativas de ensaio para ver se o barro pega na parede.

No que me diz respeito e estou convencido que a maior parte dos Senhores Deputados Municipais, os Senhores Vereadores e a nossa População, reagirá com energia, com protesto firme, contra este esvaziamento;

- PARKURBIS – o resultado negativo era de 173 mil 670 euros e 56 cêntimos. O Município, cumprindo a Lei do sector empresarial local, repôs o equilíbrio financeiro a que está obrigado, porque são os ditames da própria e na proporção da nossa participação, como sabem a Câmara Municipal tem 78.6% do capital da PARKURBIS SA, portanto procedeu à transferência de 136 mil e 505 euros. Feita a transferência, não há incumprimento e não havendo incumprimento, não há dissolução;

- Boidobra – não nos podemos, infelizmente, sobrepor à vontade dos Eleitos da Boidobra. Parece-me que a questão transcende aquilo que é a normal conflitualidade política.

Quando as pessoas se deixam de tratar como adversários e se passam a tratar como inimigos, é um problema.

O que se passa na Boidobra (não é o mesmo que se passava no Tortosendo e em Vale Formoso - Aldeia do Souto, onde as questões eram iminentemente políticas ou tático políticas) são, sobretudo, questões de natureza pessoal.

Vejo com muita dificuldade que se ultrapasse essa situação, mas é um desejo que se mantêm de pé. Queremos que as nossas Freguesias funcionem com normalidade, porque as Freguesias são os grandes pilares, são os grandes esteios do nosso Concelho.

Sem as nossas Freguesias não pode haver desenvolvimento Concelhio, sem que desempenhem o seu papel. Para desempenhar o seu papel tem que haver o mínimo de condições de funcionamento e, infelizmente, parece-me que não é o caso do que acontece na Boidobra;

- Dívida EDP está consolidada. Quando ocorreu a passagem da electricidade para a EDP fez-se a consolidação da dívida, ela é amortizada mensalmente, conforme acordo celebrado. É efectuado um pagamento de 49 mil euros mensais e será liquidada até 2020;

- Amianto – os nossos Serviços estão atentos a essa situação, contudo o Ministério da Educação tem um papel fulcral, fundamental. Temos que trabalhar em conjugação de esforços no sentido de debelarmos esse problema;

- Acção Social Escolar é para honrar esse compromisso, vamos cumprir. É de elementar justiça. -----

- Usou da palavra o Senhor Eng.º Jorge Vieira, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos sobre a CONSTROPE e disse: Foi revogado o contrato de empreitada, por impossibilidade da sua execução face à recusa do visto pelo Tribunal de Contas. E, no caso da revogação do contrato há lugar a indemnização, porque há previsão de lucros, da parte da contratante privada, que não se vêm a concretizar, por não realização da obra. Era à parte contratante pública que competia a obtenção do visto do Tribunal de Contas, e não o conseguiu obter, pelo que é obrigada a indemnizar a parte contratante privada.

O direito à indemnização, no caso da revogação do contrato, está previsto no código dos contratos públicos.

O meio que as duas partes escolheram para resolver esse diferendo, foi o acordo. E, no âmbito desse acordo, a Câmara Municipal fez uma contraproposta de valor inferior à indemnização inicialmente pedida pela contraparte privada. Essa indemnização tinha duas componentes: a indemnização propriamente dita e os encargos com a garantia bancária, que a parte privada teve que prestar para a celebração do contrato escrito.

A indemnização pedida era superior a 100 mil euros. A Câmara Municipal fez uma contraproposta, de valor inferior em 12 mil euros, que foi aceite pela contraparte privada.

- O Senhor Dr. Paulo Tourais perguntou se foram feitos trabalhos e quais. -----

- O Senhor Eng.º Vieira informou que não foi realizado qualquer trabalho. -----

- O Senhor Prof. Reis Silva perguntou quais as causas aduzidas pelo Tribunal de Contas para não dar o Visto ao contrato. -----

- O Senhor Eng.º Vieira informou que a obra foi candidatada a Fundos Comunitários, tinha participação aprovada e um calendário de financiamento. O Visto do Tribunal de Contas demorou bastante tempo, provocando um desfasamento entre os calendários de financiamento e o da realização da obra.

Ao pedido de reprogramação temporal do calendário de financiamento, feito ao Mais Centro, não foi dada uma resposta atempada, pelo que o Visto foi recusado definitivamente e em consequência disso foi rescindido o contrato celebrado para financiamento da obra. -----

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: “gostava de saber Senhor Engenheiro se, eventualmente, estes trabalhos a mais têm a ver com as movimentações das gruas que normalmente eram prática corrente na altura das eleições”. -----

- O Senhor Eng.º Vieira informou que a obra não foi iniciada pelo que, obviamente não houve trabalhos a mais. Quanto à existência de gruas não tem conhecimento. -----

- O Senhor Pedro Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho): “a obra não se fez, porque de acordo com o Presidente da Câmara anterior não havia a parte de verba própria para a obra e portanto deixou-a cair.

A grua foi colocada antes das eleições do anterior mandato, que o PSD ganhou em Vila do Carvalho com maioria absoluta, e meses depois das eleições foi retirada”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira disse: “O PSD tem o IC6 no seu programa de acção. Iremos continuar a bater-nos pelo IC6, que não haja dúvidas relativamente a esta matéria. Não corremos, é, o circuito da demagogia, somos realistas. Estamos atentos às conjunturas e nesse sentido isto não corresponde, de forma alguma, a deixar cair uma importante reivindicação.

A nossa preocupação com os transportes, com as acessibilidades, com o desencravar do Interior tem a ver com esta congratulação que fizemos hoje aqui. Finalmente, atingiu a prioridade primeira a ferrovia Covilhã - Guarda e nós estamos satisfeitiíssimos com isso. As declarações recentes, do Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Senhor Ministro e do próprio Presidente do Conselho de Administração, Doutor Miguel Castelo Branco, do Centro Hospitalar da Cova da Beira, para nós são garantias de que as actuais valências irão ser mantidas. As maternidades é para manter e vão ser criadas novas valências. Foi criado espaço para a criação de outros serviços.

Por outro lado, destaco o protocolo assinado com as três unidades de Saúde da Região, Covilhã - Guarda e Castelo Branco, que para além de criarem escala, dão resposta e são um claro sinal ao estabelecimento de consensos, aqui na Região, em matéria de saúde.”-

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra disse: “Eu nunca aqui defendi a não construção do IC6, vamos ser sérios politicamente, o que está em causa é decidir prioridades. Importa que resolvamos primeiro todos os IC6 que temos, no nosso Concelho, ainda por realizar.”-

2.2 – CONTA DE GERÊNCIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de Abril de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, através do ofício n.º 1627 de 2014.04.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Eng.º João Nuno Serra (**doc.10**); o Senhor Dr. Marco Gabriel disse que vão votar contra, porque este documento reflecte uma estratégia errada que sempre denunciaram (**doc.11**); o Senhor Prof. Reis Silva disse que à semelhança da votação do Vereador da CDU, irão votar contra “porque não tivemos qualquer responsabilidade, nem nos sentimos responsáveis pelos desvarios que foram acontecendo neste Concelho”; o Senhor Prof. Doutor João Correia disse que o Partido Socialista votará favoravelmente este documento porque estão, de certa maneira, a despedir o passado e a perspectivar o futuro e o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos fazendo em simultâneo uma apresentação em PowerPoint que fica, para todos os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Conta de Gerência de 2013 da Câmara Municipal**, foi a mesma **aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS e Independentes), 3 votos contra (PCP) e 6 abstenções (Acreditar e PSD)**. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais questionou a Mesa relativamente à votação do Grupo Acreditar por quanto, em sua opinião, votaram abstenção 6 Membros daquele grupo. O Senhor Presidente respondeu que foi a votação que ficou registada. O Senhor Dr. Paulo Tourais pediu então nova votação. Ao que a Mesa decidiu não efectuar nova votação, considerando os resultados registados pela mesma. -----

2.3 – CONTAS CONSOLIDADAS DE 2013 DO MUNICÍPIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de Abril de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, através do ofício n.º 1628 de 2014.04.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Dr. Marco Gabriel destacando as questões das contas das outras empresas e a dos encargos relativos a anos seguintes, ainda não incluídos no balanço consolidado (**doc.12**) e o Senhor Presidente da Câmara informou: os movimentos que são comuns aos diversos anos repetem-se de ano para ano e aqueles que são específicos de cada ano, são relatados apenas naquele exercício. É a explicação para essas discrepâncias.

No que diz respeito aos compromissos relativos a anos seguintes, decorrem de execução de contratos, são contratos que estão a ser executados. No ano de 2013, em resultado da Lei dos Compromissos, passaram a ser relatados como compromissos futuros. Daí esse volume diferente, no que diz respeito a compromissos, devido a esta questão de natureza técnica.

Relativamente às outras Empresas que ainda não integram o perímetro de consolidação, só para o ano serão contempladas na Consolidação de Contas, nomeadamente a ADC e o PARKURBIS.

Atendendo aos dados disponíveis o valor do passivo atinge cerca de 145 milhões de euros. Esperemos que não atinja essa verba, que não é desejável, mas neste momento com os dados disponíveis, porque ainda não foi feita auditoria a essas empresas, é o valor previsível. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contas consolidadas de 2013 do Município**, foi a mesma **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS e Independentes), 3 votos contra (PCP) e 9 abstenções (Acreditar e PSD)**. -----

2.4 - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO AMBIENTE ACÚSTICO MUNICIPAL – BIÊNIO 2012/2013

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de Março de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 1383 de 2014.03.31 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

2.5 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS: COVILHÃ E CANHOSO; TEIXOSO E SARZEDO; VALE FORMOSO E ALDEIA DO SOUTO; BARCO E COUTADA; CANTAR GALO E VILA DO CARVALHO; CASEGAS E OURONDO; PESO E VALES DO RIO; ALDEIA DE S. FRANCISCO DE ASSIS; CORTES DO MEIO; SÃO JORGE DA BEIRA; SOBRAL DE SÃO MIGUEL; TORTOSENDO E UNHAIS DA SERRA

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 7 de Março de 2014 e 16 de Abril de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º 954, 955, 956 de 2014.03.11 e 1629 de 2014.04.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocadas as propostas da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias: Covilhã e Canhoso; Teixoso e Sarzedo; Vale Formoso e Aldeia do Souto; Barco e Coutada; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Casegas e Ourondo; Peso e Vales do Rio; Aldeia de S. Francisco de Assis; Cortes do Meio; São Jorge da Beira; Sobral de São Miguel; Tortosendo e Unhais da Serra*** - foram as mesmas ***aprovadas por unanimidade***. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,